
POLÍTICAS DE CURRÍCULO EM UMA PERSPECTIVA RELACIONAL: TENSÕES E AMBIVALÊNCIAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA¹

*Edna Abreu Barreto**

RESUMO

Tentando sair de uma análise unilateral das políticas de currículo, elaboro esse texto considerando a globalização como conceito contestado, inserindo-o numa abordagem relacional que rejeita a explicação econômica como determinante explicativa desse fenômeno. Compreendo a política de currículo como política cultural em que estão em jogo disputas por significação do mundo e pela produção de determinados desenvolvimentos simbólicos. Utilizando-me dos documentos publicados pela prefeitura de Belém - Pará, bem como de análises produzidas em teses e dissertações sobre tal experiência, busco compreender as divergências e interfaces dessa política relativamente às políticas nacionais de currículo, construindo pistas metodológicas para uma compreensão dos seus efeitos e recontextualizações na prática. Procuro construir argumentos teóricos e empíricos que favoreçam a análise de políticas de currículo como política cultural que sempre produz recontextualizações e sentidos híbridos nos textos curriculares.

Palavras-chave: globalização, política de currículo, Escola Cabana.

INTRODUÇÃO

Os enfoques sobre política curricular têm partido do entendimento de que a lógica subjacente ao fenômeno da globalização é definidora das reformas educacionais implementadas em grande parte dos países desde o final de século XX. Sob o argumento do “Estado impotente” diante das determinações econômicas impostas pela globalização neoliberal, as análises se centram muitas vezes na unilateralidade e verticalização das políticas curriculares que, vindas de cima pra baixo, se impõem de forma definitiva aos governos nacionais e às práticas cotidianas.

Tal maneira de compreender as políticas curriculares geralmente desemboca em interpretações binárias que colocam, em terrenos opostos, propostas oficiais, advindas do poder central com sua homogeneidade discursiva, e práticas cotidianas silenciadas e relegadas no movimento de implantar as propostas vindas de cima. Imagina-se que em um lugar fixo e não contestado se elaboram as políticas curriculares e em outro, não menos estável, se implementam tais propostas.

No caso brasileiro, o entendimento de tal complexidade ganha contornos mais significativos de análise, uma vez que desde o final dos anos 90 passamos a conviver com propostas curriculares tidas como antagônicas: de um lado, estados e municípios adotando os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN), apresentados pelo Ministério da Educação, em 1996, como política curricular e, de outro, experiências de governos de esquerda, notadamente do Partido dos Trabalhadores, com projetos curriculares que se contrapunham a essa diretriz.

Neste trabalho, procurando sair de uma abordagem unilateral das políticas de currículo, elaboro a análise considerando a globalização como conceito contestado, inserindo-o numa aborda-

1 Trabalho apresentado no XIII ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino), 2006.

**Professora da Universidade Federal do Pará, doutoranda na Universidade Federal Fluminense.*

gem relacional que rejeita a explicação econômica como determinante explicativa desse fenômeno que atua de cima pra baixo, dentro da “nova ordem mundial”. Procuo compreender a política de currículo como política cultural em que estão em jogo disputas por significação do mundo e pela produção de determinados desenvolvimentos simbólicos, sendo os textos curriculares construídos por mediações complexas que geram recontextualizações, hibridismos e ambivalências.

Utilizando-me preferencialmente de análises efetuadas em teses e dissertações, procuro compreender como a política curricular do município de Belém/PA (1997- 2004) formulou um discurso que não tomava os PCN como referência, destacando os impasses e limites gerados no contexto da prática para a efetivação dessa política. Aqui considero importantes os argumentos utilizados por Ball e Bowe (1998) sobre a micropolítica da escola como possibilidade empírica de investigar a política curricular no contexto da prática.

No final do trabalho, procuro construir argumentos teóricos e empíricos que favoreçam a análise de políticas de currículo como política cultural que sempre produz recontextualizações e sentidos híbridos nos textos curriculares.

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE CURRÍCULO: POR UMA ANÁLISE RELACIONAL

A educação tem um conjunto complexo de relações com e no seio dos processos de globalização (BALL).

Os debates acerca do fenômeno da globalização tiveram grande impacto nas análises sobre as políticas educacionais nos últimos anos do século passado. De um modo geral, os argumentos vincularam a globalização aos processos de dominação econômica no que se caracterizou como a nova ordem mundial com as grandes corporações multilaterais, empresas transnacionais, bancos internacionais vinculados à expansão do pensamento neoliberal comandando a política econômica do mundo. Considerá-la como fenômeno eminentemente econômico sugere uma leitura homogênea de seus efeitos na política e na cultura, em uma relação causal e unilateral. Usando-me das análises de Lingard (2004), Rizvi (2004) e Ball (1998, 2001), argumento em favor da idéia de globalização como um conceito contestado, inserido em uma abordagem mais integrada que considera as questões das trocas políticas e simbólicas em uma relação complexa.

De acordo com Lingard (2004), existe uma tensão de implicações mútuas nos processos culturais provocados pela globalização gerando homogeneização e heterogeneização simultaneamente.

Para Rizvi (2004), a fase contemporânea da globalização não pode ser compreendida adequadamente sem que se faça referência a suas dimensões culturais. Isso porque o surgimento de novas formações culturais transformou as paisagens culturais através de várias maneiras desiguais e caóticas. O autor argumenta que os fluxos globais - em cenários da mídia, étnicos, financeiros e tecnológicos - passam a ter tanta ou talvez mais importância do que as instituições nacionais.

Essas condições tipificam a globalização cultural como um conjunto de práticas transculturais que diferem das fases anteriores à globalização porque no contexto atual não há um centro único irradiador ou um caráter orquestrado pelo Estado. Por esse motivo, Rizvi afirma que mesmo sendo a economia global uma das principais características da globalização, o foco no econômico é claramente inadequado para descrever as complexidades desse fenômeno.

Com tais formulações, o autor citado argumenta que, mesmo não sendo possível compreender os fluxos culturais entre as nações desconectados de suas realidades econômicas e políticas, há que se ter uma abordagem mais integrada para evitar uma análise da globalização como se esta fosse outra forma de ocidentalização, por vezes interpretada como McDonaldisação, Americanização, Hollywoodização, etc.

O afastamento da lógica determinista acerca dos efeitos da globalização tem levado ao entendimento de que a globalização invade os contextos locais, mas não os destrói (GIDDENS *apud* BALL, 2001). O autor argumenta que, para a compreensão dos efeitos da globalização nas políticas educacionais, é necessário analisá-los “como produto de umnexo de influências e interdependências, resultando em ‘inter-relação, multiplexidade e hibridização’ numa ‘mistura de lógicas globais, distantes e locais” (BALL, 1998, p.132).

No curso das políticas de currículo, Ball e Bowe (1998, p.106) destacam a complexidade dos processos que envolvem a construção de textos curriculares e em que se articulam momentos da legislação, documentação (produção de documentos curriculares) e da prática. Os textos resultantes desses momentos não estão fechados ou fixados e a transmissão de seus significados está submetida continuamente a filtros interpretativos e impugnações. Para os autores, esses processos são constituídos por um “ciclo político contínuo”, composto por âmbitos e lugares significativamente diferentes, dentro dos quais se encontra em jogo uma variedade de interesses. No interior desses processos, o Estado, as leis e as escolas são implicados de modos diferentes.

Mesmo considerando a colonização da política educacional pelos discursos mercadológicos do neoliberalismo, Ball (1998, p.132) defende que não existe uma tradução direta ou pura desses princípios em textos ou em práticas concretas, isso porque “o processo nacional de elaboração de políticas é, inevitavelmente, um processo de *bricolage*”.

Usando o conceito de recontextualização de Bernstein, Ball (1998, p.133) argumenta em favor das complexas relações entre as idéias, sua disseminação e recontextualização, afirmando que esta ocorre no interior e entre campos “oficiais” e “pedagógicos”. O primeiro, diz o autor, é criado e dominado pelo Estado e o último é formado por pedagogos nas escolas e nas faculdades e nos departamentos de educação, nas revistas especializadas, nas fundações privadas de pesquisa.

Nesse sentido, os processos de implementação das reformas devem ser analisados ao longo do tempo e em termos da sua relação com elementos variados. Centrar a análise em aspectos genéricos e centralizados, seja via globalização ou Estado-Nação, é uma maneira limitada de compreender os efeitos das recontextualizações e hibridizações produzidas pela história local.

A elaboração de um currículo nacional como política educacional deve ser compreendida tanto como objeto, quanto como sujeito da luta acerca do significado. Nesse sentido, o Estado não deixa de ter poder, porém este não se sobrepõe integralmente às características contextuais das instituições.

Os autores destacam a importância de analisar tais reconfigurações considerando o contexto da prática e mostram como, em diferentes instituições educacionais, há uma produção múltipla de sentidos em relação aos textos curriculares “oficiais”. Dessa maneira, investigar o contexto da prática significa compreender os choques e enfrentamentos dos discursos contrapostos que atuam nesses ambientes, pois existem questões contingentes que afetam de diferentes maneiras um texto curricular, tendo conseqüências intencionadas e não intencionadas para a educação. Considerando particularmente a atuação de grupos disciplinares em diferentes escolas, com suas histórias e tradições locais, é preciso analisar os sentidos diversos que esses grupos produzem em relação às políticas curriculares.

No caso brasileiro, Lopes (2004) analisou como a influência de grupos disciplinares específicos produziu diferenças nos textos curriculares dos PCN para o ensino médio. Para a autora, a interpretação efetuada por esses grupos acerca de princípios gerais dos PCN, como interdisciplinaridade, contextualização, tecnologias e competências, assume contornos diversos em cada grupo disciplinar, gerando recontextualizações e novos sentidos para a política curricular. Nesse sentido, os textos produzidos criam possibilidades diversas que abrem ou fecham as leituras possíveis por parte dos professores e das escolas.

Compreender as características micropolíticas das organizações escolares nos termos de Ball (1989) ganha importância fundamental nas análises das recontextualizações curriculares. Portanto, importam menos os aspectos gerais como tamanho das escolas, suas estruturas, a procedência dos alunos, etc. e mais os fatores como o estilo do diretor, os atores influentes e essenciais, como se tomam as decisões, quem tende a apoiar e se opor ao diretor, quem coordena as reuniões, etc. Para a compreensão acerca do “conhecimento folclórico” dos professores nos processos micropolíticos das escolas, há um “submundo organizativo” (p. 16) a ser analisado.

Partindo de tais considerações, passo a analisar de forma relacional o desenvolvimento de uma experiência de política curricular desenvolvida no município de Belém-PA, em duas gestões (1997/2000 e 2001/2004) da administração do Partido dos Trabalhadores. O objetivo, nesse momento, é tanto mostrar como se deu a construção de uma política curricular apresentada em contraposição às orientações do Governo Federal que desde 1996 apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quanto ressaltar os embates, as ambivalências e as reconfigurações produzidas no contexto da prática.

Utilizando-me dos documentos publicados pela prefeitura de Belém, bem como de análises produzidas em teses e dissertações sobre tal experiência, procuro compreender as divergências e interfaces dessa política relativamente às políticas nacionais de currículo, buscando pistas metodológicas para uma compreensão dos seus efeitos e recontextualizações. Nesse sentido, os conflitos entre gestores e professores sistematizados em grande parte das análises sobre a experiência de Belém, são vistos não mais no paradigma de uma enfermidade e patologia, mas como algo produtivo e positivo no interior das organizações escolares, que precisa ser investigado para que se tenha uma leitura relacional das políticas de currículo no contexto da prática.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Investigar el contexto significa maquinar choques y enfrentamientos entre los discursos contrapuestos que actúan em estos ambientes (...). También exige una investigación del impacto de cuestiones contingentes (BALL e BOWE).

A política educacional do município de Belém, desenvolvida em duas gestões (1997/2000 e 2001/2004) do governo do Partido dos Trabalhadores, se insere num conjunto de experiências administrativas desenvolvidas no Brasil desde os anos 80 do século XX, que se apresentaram como contra-hegemônicas, relativamente ao modelo neoliberal de políticas propostas pelo Governo Federal nesse período. A inversão de prioridades que direcionam o fazer político das ações populares resgata o conceito de cidadania participativa articulando os nexos entre saber e poder em favor dos excluídos das políticas públicas.

Esses propósitos democratizadores e inclusivos passaram a imprimir a direção política da educação no município de Belém, a partir de 1997. Visando garantir a referência histórica da organização da sociedade civil amazônica, esta administração, auto-intitulada “Governo do Povo”, optou por resgatar um movimento que simbolizava a resistência desse povo à opressão dos dominantes, nomeando o projeto da Secretaria Municipal de Educação como Escola Cabana.

Resgatava-se com esse nome o movimento revolucionário conhecido como Cabanagem (1835-1840) que eclodiu em 07 de janeiro de 1835, quando os cabanos tomaram o poder na cidade de Belém, contrapondo-se aos segmentos sociais tradicionalmente ligados às estruturas de poder desde a época colonial. Para garantir tal referência histórica, a Secretaria Municipal de Educação vivenciou, desde 1997, um movimento de reorientação curricular que buscava construir coletivamente uma nova proposta de educação, sintonizada com o projeto de emancipação das classes populares, pautada nos princípios da inclusão social e da construção da cidadania.

Nos primeiros documentos publicados pela Secretaria Municipal de Educação, havia um discurso de que tal proposta educacional era contrária aos fundamentos da política neoliberal que vinha sendo desenvolvida pelo Governo Federal. Nos termos do documento, a proposta estava sendo apresentada para a rede municipal numa conjuntura desfavorável, uma vez que

As políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal estabelecendo mecanismos de bloqueio dos recursos educacionais dos estados e municípios quase que exclusivamente para o ensino fundamental, a apresentação de um custo-aluno incompatível com o potencial financeiro do nosso país, os cortes nos gastos públicos como parte dos acordos com o FMI, o descompromisso do Estado com a Educação Infantil, os seguidos cortes operados pelo Governo Estadual nos recursos transferidos para a Prefeitura de Belém, tornam a apresentação e a implementação de uma proposta inovadora e revolucionária, um gesto grandioso e desafiador. Estamos em Belém, remando contra a maré conservadora e excludente que assola nosso querido Brasil... (SECRETARIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1999).

Existiu de fato, nessa experiência, um impacto das diretrizes educacionais propostas pelo Governo Fernando Henrique, especialmente no que se referiu ao FUNDEF, cuja implantação legal gerou uma redução orçamentária no município de Belém. Esse impacto ampliou as tensões que vinham sendo produzidas entre gestores da escola Cabana e professores, principalmente no que se refere às perdas salariais que a redução de receita, provocada pelo FUNDEF, ajudou a aprofundar. Isso exigiu mudanças nos rumos da política curricular proposta no projeto Escola Cabana (SOUSA, 2004, p. 84).

Outra interface vivenciada na Escola Cabana com as políticas nacionais se refere à relação das escolas com os PCN. Em relação à construção do conteúdo pedagógico do currículo escolar, a análise de Santos (2003) mostrou que mesmo havendo uma orientação da Secretaria Municipal de Educação para que as escolas optassem por um currículo interdisciplinar, via tema gerador, nas escolas por ela pesquisadas, havia em grande medida o uso dos PCN e dos livros didáticos como principal instrumento de organização dos conteúdos, não seguindo, portanto, a orientação da Escola Cabana

No que se refere às possibilidades da Escola Cabana, a Secretaria Municipal de Educação de Belém entendeu que não bastava uma reforma da educação nos seus aspectos formais, pois era preciso transformar as relações existentes na prática cotidiana, estabelecendo um novo olhar dos educadores para com as crianças, consolidando espaços democráticos de decisão, pondo fim numa cultura de exclusão e expulsão do aluno, respeitando as diferenças. Para isso adotou como princí-

pios: conhecimento interdisciplinar, organização do processo escolar em ciclos de formação e avaliação na perspectiva emancipatória, conforme Cadernos de Educação nº 01 (1999).

Quanto aos embates e ambivalências vivenciados no contexto da prática, os estudos de teses e dissertações ressaltaram que a adesão das escolas ao projeto Escola Cabana foi norteadada por certa pressa da Secretaria em implantá-lo no cotidiano escolar, gerando algumas dificuldades em aspectos centrais da reorientação curricular, como avaliação e ciclos.

Em uma das pesquisas evidenciou-se que houve pouca discussão na rede sobre a nova metodologia de avaliação, afetando com isso a relação da escola com a comunidade. Sobre esse aspecto assim se manifesta um dos estudos:

esse processo avaliativo vem causando um descontentamento muito grande aos pais e responsáveis das crianças, que ainda não se acostumaram com as diretrizes que norteiam os princípios de avaliação implementados. Essa parece uma situação problemática na escola (...) tendo em vista que os próprios professores que são os principais agentes condutores desse processo, ainda sentem dúvidas quanto ao desenvolvimento dessa prática pedagógica (DIAS, 2001).

Em outra análise, a autora considera que a posição contrária aos ciclos passava por questões relacionadas tanto com a forma como os mesmos foram implantados na rede, quanto com a não reprovação dos(as) alunos(as). Nesse aspecto do projeto, como em outros, diz a autora: “podemos perceber que também nesse caso, praticamente não houve discussões amplas e aprofundadas e, possivelmente por isso, muitos não conseguiram entendê-lo e implementá-lo adequadamente” (OLIVEIRA, 2000, p.294).

Na pesquisa acima citada, foi constatado que houve certa precipitação dos administradores da escola pesquisada em implantar de imediato a proposta da Escola Cabana, o que contou com o apoio direto da Secretaria, em busca da operacionalização das suas propostas políticas. A análise considerou que alterar representações, valores, concepções pedagógicas, a organização do trabalho e os campos de saberes que impregnam a cultura escolar demandaria mais tempo de análise e não uma adesão apaixonada por um projeto de esquerda, como aconteceu na escola pesquisada e que gerou tensões e resistências no contexto da prática.

Ball e Bowe (1998) consideram que o Estado, as leis e as escolas são implicados de modos diferentes dentro do processo que compõe o ciclo político contínuo das políticas de currículo. Todavia, os autores destacam que cada vez mais os políticos tomam consciência do papel dos grupos de pressão educativa, principalmente dos professores de quem o Estado depende para garantir a política de currículo.

Em análise que procurou resgatar o percurso de construção desse projeto com base na visão dos gestores da Secretaria Municipal de Educação, é possível perceber o papel do grupo de pressão dos docentes na construção da política curricular. O estudo mostra que, no que se refere à organização da carga horária docente, havia no interior da Secretaria Municipal três propostas a serem apresentadas aos docentes e dentre elas foi aprovada aquela que atendia mais diretamente os anseios dessa categoria. A análise mostra a forma como se efetivaram essas disputas:

Após muitas reflexões, esclarecimentos, avaliação, decidiu-se pela terceira proposta (...), de apenas diminuir o número de aulas por turno, com aumento do tempo de aula para 55 minutos. A primeira, que extinguiu o intermediário não era possível ser efetivada, devido não ter condições de construir mais escolas imediatamente e, com isso suprimir o turno. A segunda, por bloco de disciplinas, era de implantação muito complexa para uma rede de escolas com muitos problemas estruturais e pe-

dagógicos a serem considerados. Já a terceira, mesmo limitada, atendia os anseios naquele momento (SOUZA, 2004, p. 69-70).

As desconexões entre as estruturas do currículo proposto e os recursos concretos escolares frequentemente se constituem em fonte de preocupações e antipatias, constataam Ball e Bowe (*op. cit.*). Isso porque, por um lado os/as professores/as têm a sensação de que o currículo lhes pede coisas que estes já estão fazendo, supondo que estes ainda não as façam, de outro consideram que lhes pedem coisas não factíveis dentro das limitações em que têm que atuar. Em ambos os casos, os/as professores/as se sentem ofendidos.

Na Escola Cabana, essas tensões em parte foram perceptíveis em relação: ao aumento salarial, que não foi possível garantir; à ampliação e construção de novos espaços no interior das escolas, tal como exigia o projeto de reestruturação curricular; ao fim do turno intermediário; e à ampliação de vagas com construção de novas unidades, etc. De fato, essas desconexões criaram antipatias entre gestores e professores/as.

A pesquisa de Oliveira (2000), por exemplo, mostrou que a decisão de ampliar os ciclos de formação para incluir os professores de 5ª a 8ª série provocou dificuldades a partir do poder de pressão dos professores, pois aqueles que

já atuavam com as turmas de CB-I e CB-II desde 1993 afirmaram que embora o projeto Escola Cabana apresentasse novas bases de organização e fundamentação do trabalho educativo, não sentiriam grandes mudanças, visto que já estavam tentando atuar de modo progressivo com as crianças. O embate maior se deu com alguns professores das áreas de conhecimento denominadas 'específicas' (p.285).

Merece destaque o fato de que, em pelo menos duas análises sobre a Escola Cabana (Oliveira, 2000; Souza, 2004), é possível perceber que, dentre os grupos de pressão que participaram da construção daquela política, com um nível maior de "resistência", destaca-se o coletivo de professores das áreas específicas (5ª a 8ª série), sem que estejam claras nessas análises as especificidades de atuação de cada grupo disciplinar.

Com a experiência da Escola Cabana em Belém, é possível considerar que políticas curriculares podem ser criadas localmente a partir de lógicas não necessariamente mercadológicas, como uma análise unilateral pode concluir. Demonstra ainda a necessidade de que as análises de políticas de currículo sejam construídas a partir de bases empíricas, considerando as reconfigurações locais.

É possível afirmar que políticas de currículo só podem ser compreendidas a partir de processos de recontextualização que produzem sentidos híbridos em discursos e práticas curriculares. Essa é uma maneira de complexificar a análise, ampliando também as possibilidades de luta pela significação das políticas de currículo entendidas como políticas culturais.

CONCLUSÕES

Procurei neste trabalho demonstrar as limitações de uma análise de política de currículo que não considera as mediações e complexidades inerentes à produção dos textos curriculares. Não apenas em nível teórico, mas empiricamente, é possível constatar a complexidade dos processos de recontextualização que caracterizam os discursos constitutivos das políticas de currículo. Existe uma relação não causal mediada por multiplicidades e contingências locais a compor os vários momentos da produção dos textos curriculares.

Tomando o contexto da prática nos processos de produção de políticas do currículo, foi possível perceber também que as escolas participam de forma significativa na produção dos discursos considerados válidos para uma determinada realidade. Existe um amplo processo de investigação a ser construído que pode possibilitar uma teorização menos homogênea e unilateral sobre políticas de currículo. É nos marcos dessa formulação que tenho procurado direcionar, no meu trabalho de tese, a análise da experiência curricular desenvolvida pela prefeitura de Belém denominada Escola Cabana.

Nos termos de Ball (1989), trata-se de um problema empírico que deve considerar choques e enfrentamentos entre discursos contrapostos compreendendo-se que existe uma interação complexa de história, cultura e contexto da escola, assim como intenções e exigências dos produtores dos textos de uma política.

Não é possível compreender de forma relacional uma política de currículo usando explicações verticalizadas e homogêneas que seguem um mesmo percurso: interpretam que discursos globais (globalização econômica) submetem Estados-Nação, que elaboram reformas curriculares para atender ao mercado, e a aplicação prática dos textos produzidos. Nos vários contextos de produção dos textos curriculares, existem deslizamentos interpretativos e processos de contestação.

Nesse sentido, é possível afirmar que as políticas de currículo estão sempre em processo de vir a ser, sendo múltiplas as leituras passíveis de serem realizadas por múltiplos leitores, em um constante processo de interpretação das interpretações (LOPES, 2004a).

Partindo da compreensão de que políticas curriculares são políticas culturais que visam orientar determinados desenvolvimentos simbólicos (LOPES, 2004b), compreende-se que os textos curriculares são produzidos considerando discursos globais e contingências locais. Por isso, há sempre possibilidades de recontextualizações, hibridismo e ambivalências.

Como política cultural, é possível compreender que discursos e perspectivas diferentes se hibridizam nas políticas curriculares produzindo práticas ambivalentes. Para Bhabha (2004, p. 67), é apenas

quando passarmos a compreender que os sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade ou 'pureza' inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorreremos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo.

No entender de Lopes (2004b), compreender as possibilidades de hibridização em políticas de currículo não significa que qualquer sentido possa ser atribuído aos textos das políticas curriculares. Não é possível ler qualquer coisa em qualquer texto, sem limites. Não é possível hibridizar qualquer texto, estrutura ou objeto cultural; não é qualquer texto, estrutura ou objeto cultural que se deixa hibridizar.

Todavia, considerar, de forma relacional os efeitos da globalização em políticas de currículo permite ampliar as possibilidades de análise, construindo leituras diversas sobre os vários processos que desembocam em determinados textos curriculares. Com isso também se criam as condições para que outros e diversos sentidos possam ser produzidos e reconhecidos nos textos curriculares, participando da luta pela significação da política cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. Experiências de inovação educativa: O currículo na prática da escola. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte. UFMG, 2003.
- BALL, S. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L. H. (org.). *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem fronteiras*, v.1, nº 2, jul/dez. 2001.
- _____. & BOWE, R. El currículum nacional y su "puesta en práctica": El papel de los departamentos de materias o asignaturas. *Revista de Estudios de Currículum*, vol. 1, nº 2, abril, 1998.
- BELÉM (Prefeitura) Secretaria Municipal. Cadernos de Educação nº01. Escola Cabana: construindo uma educação democrática e popular. Belém-PA: Secretaria Municipal de Educação, 1999.
- _____. Cadernos de Educação: nº5. Avaliação emancipatória: registro síntese da práxis educativa. Belém-PA: Secretaria Municipal de Educação, 2002.
- CORAZZA, S. *Que quer um currículo?* Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- DESPOINTES, V. T. Um estudo sobre a adoção da proposta de ciclos básicos no Município de Belém: as representações de uma comunidade escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2001.
- DIAS, E. O. As propostas de inovações educativas e curriculares da Escola Cabana e suas implicações nas práticas pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino. (Monografia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, 2001.
- FLEURI, R. M. Entre o oficial e o alternativo em propostas curriculares: Para além do hibridismo. *Revista Brasileira de Educação*, nº17, 2001.
- LINGARD, B. É ou não é: globalização vernacular, política e reestruturação educacional. In: BURBULES et al (Org.). *Globalização e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- LOPES, A. C. Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática. In: LOPES, A. C. e MACEDO, E. (Org.). *Currículo de ciências em debate*. Campinas: Papirus, 2004a.
- _____. Políticas de currículo: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, n.26, mai./jun./jul./ago, 2004b.
- NETO, J. M. et al. Pontos de história da Amazônia. 3ª ed. Belém-PA: Paka-Tatu, 2001.
- OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. (Org.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- OLIVEIRA, N. C. M. A política educacional no cotidiano escolar: um estudo meso-analítico da organização escolar em Belém-PA. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- RIZVI, F. A educação internacional e a produção da imaginação global. In: BURBULES et al (Org.). *Globalização e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- SANTOS, T. R. L. Analisando a Escola Cabana em espaço e tempo reais. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- SOUSA, I. A. Escola Cabana: o olhar dos gestores sobre o percurso da política educacional em construção no município de Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ABSTRACT

In this work, I have tried to move away from a unilateral approach to curriculum policies, departing from globalization as a contested concept and focusing it from a relational perspective which rejects economy as the major determinant to explain the globalization phenomenon. I understand curriculum policy as a cultural policy in which signification where conflicts emerge for of the world and production of some symbolic developments. Taking published documents by Belém City administration, as well as theses and dissertations concerning the target experience, I have tried to understand divergencies and interfaces between this policy and national curriculum policies, so as to build new methodological hints for grasping its effects and recontextualizations in the context of practice. Theoretical and empirical reasoning are meant to favor curriculum analysis as a cultural policy that always implies recontextualizations and hybrid meanings in related texts.

Keywords: *Globalization, curriculum policies, Cabana School.*